

Mudanças à vista nos órgãos de fiscalização na área de saúde

Pauta de votações da Comissão de Assuntos Sociais inclui projeto que institui eleições diretas para os conselhos Federal e regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Na área médica, outro projeto fixa valores devidos por profissionais e empresas aos conselhos de Medicina

DOIS PROJETOS QUE regulam o funcionamento de conselhos profissionais na área de saúde devem ser examinados pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLS 701/11, apresentado por Cícero Lucena (PSDB-PB), atualiza a legislação (Lei 6.316/75) que trata do Conselho Federal e dos conselhos regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. A adoção de eleições diretas para a diretoria do conselho federal dessas categorias é uma das medidas propostas pela lei.

O projeto, que aguarda designação de relator e terá decisão terminativa da CAS, determina que o conselho federal seja composto por dois representantes de cada conselho regional e respectivos suplentes, com mandato de quatro anos, eleitos de forma direta, por meio de voto pessoal, secreto e obrigatório, mediante eleições realizadas na segunda quinzena de março do ano do término do mandato.

Atualmente, os membros do conselho federal são eleitos por colégio eleitoral integrado por um representante de cada conselho regional. Cícero Lucena propõe que as mudanças sejam válidas a partir das primeiras eleições para o Conselho Federal e os conselhos regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional após a vigência da nova lei.

A proposta também autoriza a prorrogação dos mandatos em curso, exclusivamente para que sejam unificados os respectivos processos eleitorais. Cícero Lucena acredita que a lei que criou esses órgãos está defasada e precisa ser adequada à Constituição.

“Concebida no período autoritário, estabelece eleições indiretas para o conselho federal, sistemática que desmerece a democracia interna das instituições e contraria os postulados contemporâneos dessa espécie de organização”, justifica Cícero Lucena.



Padro Frango/Senado Federal

José Pomtjir/Ag. Pont

Cícero Lucena defende eleições diretas para Conselho Federal de Fisioterapia. Na foto, alunos de fisioterapia coordenam atividades laborais para idosos no Pará

Proposta estabelece valor de anuidades pagas por médicos a conselhos

A CAS deve analisar também proposta que fixa os valores das anuidades devidas aos conselhos regionais de Medicina. De acordo com o PLS 615/11, de Paulo Davim (PV-RN), a anuidade para os profissionais inscritos nesses órgãos como pessoa física seria de R\$ 486. Para pessoa jurídica, esse valor deverá ser multiplicado conforme seu capital social, segundo tabela específica. A atualização será anual com base no

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Davim argumenta que a maioria das leis que instituíram órgãos de fiscalização profissional não fixam os valores das anuidades. Em 1982, com a Lei 6.994, foram estabelecidas normas para a determinação desses valores, mas a medida foi revogada em 1994.

Mais recentemente, a Lei 11.000/04 passou a autorizar todos os conselhos de

fiscalização de profissões a fixar, cobrar e executar as contribuições anuais devidas tanto pelas pessoas físicas quanto pelas jurídicas. O Judiciário, no entanto, vem se posicionando pela inconstitucionalidade da norma sob o argumento de que ela delega competência tributária privativa da União.

Para Davim, a falta de norma que fixe os valores das anuidades tem deixado esse processo “na mão da

Justiça”, o que pode comprometer a saúde financeira dos conselhos regionais.

“Decisões judiciais consideram o valor da anuidade cerca de R\$ 38 e estão obrigando os conselhos regionais a devolverem aos médicos os valores, corrigidos monetariamente, das cinco últimas anuidades”, conta o senador. A matéria será relatada por Wellington Dias (PT-PI) e deverá receber decisão terminativa na CAS.

Portadores de deficiência poderão ganhar isenção de tarifas bancárias

Pessoas com deficiência física que tenham renda mensal bruta de até cinco salários mínimos poderão ficar isentas de tarifas bancárias, segundo o Projeto de Lei do Senado 700/11, de Lindbergh Farias (PT-RJ).

O senador argumenta que a capacidade financeira de uma pessoa com deficiência é reduzida, devido a gastos extras com medicamentos,

equipamentos e tratamentos. Ele lembra que muitos avanços foram conseguidos com a Lei 10.048/00, que garante prioridade de atendimento. Ele acrescenta que a isenção de tarifas bancárias a esses cidadãos “vai representar um avanço no trato do tema da proteção aos deficientes”.

Lindbergh ressalta o fato de que, como o número de

clientes bancários com deficiência não é grande, o impacto econômico para as instituições financeiras “é desprezível”.

A matéria está em análise na Comissão de Direitos Humanos (CDH), sob relatoria de Wellington Dias (PT-PI). Se aprovada, segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde vai receber decisão em caráter terminativo.



Lio de Paula/Senado Federal

Lindbergh cita gastos extras das pessoas com deficiência física

Segundo projeto em tramitação no Senado, dinheiro arrecadado com leilão de bens de traficantes será destinado exclusivamente ao tratamento de saúde dos dependentes

Leilão pode pagar clínica para usuário de droga

O DINHEIRO QUE o governo arrecada nos leilões de bens de traficantes poderá reforçar as ações de saúde voltadas para os dependentes de drogas.

Projeto de lei que destina os recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad) exclusivamente ao tratamento dos usuários de entorpecentes foi aprovado no fim do ano passado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa (não precisará ir para o Plenário).

Uma das fontes do Funad é o leilão de bens de pessoas envolvidas com o tráfico de drogas, como o realizado em dezembro do ano passado em Colombo (PR), pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), do Ministério da Justiça, com joias, imóveis, veículos e aviões. O leilão rendeu ao Funad R\$ 1,675 milhão.

Na justificativa do projeto (PLS 304/11), o autor, Eunício



Prisão de traficantes em Curitiba: em dezembro, governo levantou R\$ 1,675 milhão com leilão de bens apreendidos

Oliveira (PMDB-CE), afirma que o Funad continua “pouco efetivo” em sua função de prover recursos financeiros para a busca de solução do problema das drogas.

Por isso, o parlamentar propôs a aplicação integral dos recursos do fundo na prevenção, tratamento, recuperação, redução de danos e reinserção

social e ocupacional dos dependentes de drogas lícitas e ilícitas. A intenção do senador é “corrigir a ausência histórica de políticas” que tratem as drogas como problema de saúde pública.

O relator na CAE, Cyro Miranda (PSDB-GO), alertou para a atual diluição dos recursos do Funad em um “leque extre-

mamente amplo de atividades, com a consequência óbvia de diminuição da eficiência geral e de cada uma delas”.

A proposta, segundo Cyro Miranda, representa “uma saudável mudança” de foco: maior investimento na saúde é “uma opção de aplicação de recursos públicos socialmente mais eficiente a longo prazo”.



Eunício Oliveira, autor do projeto que trata do Fundo Nacional Antidrogas

Antes de ser votado pela CAS, o projeto deverá passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para ser examinado quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria. Requerimento com esse objetivo foi apresentado no fim do ano passado por Demóstenes Torres (DEM-GO).

Projeto permite que consumidor acesse seus dados de graça on-line

O consumidor poderá ter acesso gratuito, pela internet, a informações a seu respeito contidas em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 470/11, de Paulo Bauer (PSDB-SC), está pronto para votação na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O texto modifica o Código de Defesa do Consumidor

para permitir que o acesso a essas informações, já previsto, possa também ser feito de graça pela internet. Depois de passar pela CCT, onde tem Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) como relator, a proposta vai a votação final na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Bauer considera abusiva a cobrança ao consumidor por consulta às informações sobre sua inadimplência. Ele reconhece que o acesso vai gerar custo para as empresas, mas ressalta que será um incentivo à quitação das dívidas.

Favorável à ideia, Rollemberg acrescenta que, se é necessário proteger o crédito, também é preciso proteger o consumidor contra abusos.

— O consumidor terá direito a, de graça, obter informações a respeito de si próprio.

Morre, aos 69, o deputado federal Moacir Micheletto

Morreu ontem o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). Segundo a Agência Câmara, ele foi vítima de acidente de carro na rodovia PR-239, em Assis Chateaubriand (PR). Micheletto, de 69 anos, era engenheiro agrônomo e administrador rural. Ele estava no sexto mandato de deputado federal e era integrante da bancada ruralista.



Deputado Moacir Micheletto

Nordeste, Centro-Oeste e Norte: verbas “carimbadas”

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado deverá examinar projeto determinando que os recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) sejam investidos exclusivamente nessas regiões. Cyro Miranda (PSDB-GO) será o relator do projeto originário da Câmara dos Deputados (PLC 18/10).

Da CAE, o texto seguirá para o exame das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde haverá a votação final.

Pelo texto da Câmara, o artigo 3º da Lei 7.827/89 será modificado para acrescentar a seguinte diretriz: “Proibição aos empreendedores que atuam em mais de uma área de abrangência de cada um dos

fundos da aplicação de recursos fora da região onde foi contratado o financiamento”.

Autor da proposta, o deputado José Guimarães (PT-CE) afirma que deseja assegurar a correta destinação dos recursos desses fundos, principalmente nos casos de grandes empreendimentos em áreas situadas em mais de uma região. Para ele, “é preciso estabelecer normas mais rígidas, evitando uma possível sangria do dinheiro destinado a regiões menos favorecidas”.

Esses fundos, formados com percentuais do que o governo federal arrecada com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), consistem na principal fonte de recursos para o fortalecimento dos setores produtivos dessas regiões.



Paulo Bauer considera abusiva atual cobrança feita ao consumidor

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920